

## TRAMA GOLPISTA

# Projeto pode favorecer só “peixes pequenos”

Texto negociado por Alcolumbre com Hugo Motta e com interlocutores do STF conta com beneplácito do Planalto e praticamente enterra o PL da Anista dos bolsonaristas

» VANILSON OLIVEIRA  
» ISRAEL MEDEIROS

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), deve apresentar, no começo de maio, um projeto de lei que altera as punições para os envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. A iniciativa, construída em conjunto com a Câmara dos Deputados e com o Supremo Tribunal Federal (STF) — e que também conta com a bênção do Palácio do Planalto —, visa reduzir as penas impostas aos executores da tentativa de ruptura democrática. Mas, simultaneamente, agrava as punições daqueles que futuramente atentarem contra o Estado Democrático de Direito.

O projeto serviria para sepultar o projeto da anistia apresentado pela oposição, que pode favorecer o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros apontados pelas denúncias da Procuradoria-Geral da República (PGR) como chefes e beneficiários da tentativa de golpe de Estado que impediria o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de assumir o governo. O texto, inclusive, começará a tramitar pelo Senado. Em mais de uma oportunidade, Alcolumbre deixou claro que o projeto da anistia como elaborado pelos bolsonaristas não era de “interesse do país” e teria dificuldades para andar na Casa, caso fosse aprovado na Câmara.

A proposta em construção favoreceria os chamados “peixes pequenos” do golpe, que se beneficiariam do princípio do direito de que a lei somente retroage para favorecer o réu. Pelo texto, haveria uma recalibragem da legislação atual, promovendo uma individualização mais precisa das penas. Isso quer dizer que executores de condutas menos graves — como as invasões e vandalismo às sedes dos Três Poderes, por exemplo — poderão ser beneficiados com penas

Saúl Cruz/Agência Senado



Alcolumbre, Barroso e Motta negociam proposta que recalibra penas dos vândalos do 8 de Janeiro

## Redução em até 2/3 da pena

O texto prevê reduzir em até dois terços a pena de quem foi levado a participar dos atos golpistas, diferenciando esse grupo de quem organizou ou estimulou os ataques na Praça dos Três Poderes. Outra ideia é deixar de considerar de forma separada os crimes de abolição do estado democrático e de tentativa de golpe. Um deles passaria a ser considerado crime antecedente e, assim, as penas não se somariam, o que levaria à redução das punições. A recente divergência de Luiz Fux, no julgamento dos golpistas na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, abriu a possibilidade de discussão das penas dos executores.

reduzidas ou flexibilizadas para o regime semiaberto ou domiciliar de prisão.

Já o endurecimento das penas, como prevê o texto que vem sendo elaborado, será aplicado a futuros casos de tentativas de ruptura da institucionalidade democrática. Isso porque prevalece o princípio do direito de que a lei não retroage para prejudicar, o que leva a nova legislação a não alcançar aqueles já tornados réus — como Bolsonaro.

## Estratégia

A articulação comandada por Alcolumbre e apoiada por Hugo Motta tem tudo para neutralizar a pressão para a aprovação da urgência na tramitação do PL da Anistia, parado na Câmara porque o presidente da Casa considera não tratar-se de uma pauta de interesse do país e que não conta com o apoio do

Colégio de Líderes. Como pano de fundo está a preocupação com a responsabilização do Legislativo ao abrir espaço para a impunidade de crimes contra o funcionamento das instituições democráticas.

A oposição na Câmara, por sua vez, tenta manter a pressão pelo PL da Anistia e promete intensificar a obstrução das votações. Líderes oposicionistas acusam o governo e o comando da Casa de desrespeitarem a maioria que apoia a suspensão das punições aos golpistas — daí por que prometem atrasar a tramitação de projetos com requerimentos regimentais.

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), que na semana passada esteve com Hugo Motta, havia anunciado que a oposição voltaria a obstruir parte dos trabalhos até que a presidência da Casa marcasse a data de votação da urgência.

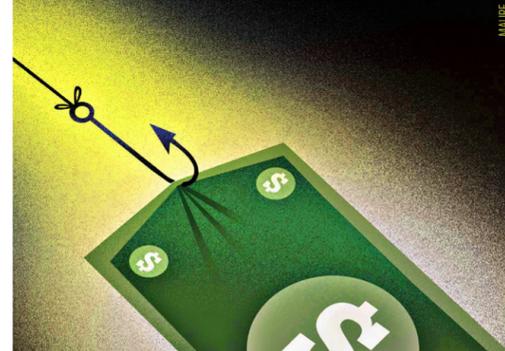
## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson freire



## Lupi luta para ficar na Previdência, mas desgaste só aumenta

Júlio César casou-se com Pompeia em 67 a.C., depois de ter servido na Hispânia, já viúvo de sua primeira mulher, Cornélia, que morrera no parto de um filho natimorto. Em 63 a.C., César foi eleito pontífice máximo (pontifex maximus), o sumo-sacerdote da religião oficial romana, o que lhe dava direito.

No ano seguinte, na sua residência na Via Sacra, realizou um festival em homenagem à Bona Dea (“Boa Deusa”), no qual homem nenhum poderia participar, em sua casa. Entretanto, um jovem patricio chamado Públio Clódio Pulcro entrou na festa disfarçado de mulher, supostamente com o objetivo de seduzir Pompeia. Ele foi preso e processado por sacrilégio. Como César não apresentou nenhuma evidência contra Clódio, ele acabou inocentado.

Mesmo assim, César se divorciou de Pompeia: “Minha esposa não deve estar nem sob suspeita”, justificou. Vem daí o provérbio famoso: “A mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta”.

É o caso do ministro da Previdência, Carlos Lupi, presidente do PDT, cujo desgaste à frente da pasta somente aumenta, em razão do escândalo bilionário dos descontos feitos pelo INSS em aposentadorias e pensões, sem autorização de seus segurados.

A Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU), que realizaram a Operação Sem Desconto para investigar o esquema, estimam que os desvios com as chamadas “mensalidades associativas” de sindicatos e associações de aposentados podem chegar a R\$ 6,3 bilhões de aposentadorias e pensões.

Lupi admitiu que houve demora na investigação de denúncias de fraudes. Porém, alega ter determinado a apuração dos fatos tão logo tomou conhecimento. “Em junho de 2023, se começou, dentro do INSS, uma autarquia independente, a se fazer a verificação de todas as denúncias apresentadas, que não era a primeira vez”, disse ontem, na reunião do Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS), em Brasília.

A situação de Lupi se complica a cada dia, por causa do crescente desgaste político do governo com os aposentados e pensionistas. Além de prejudicar uma base eleitoral que sempre votou majoritariamente no presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o escândalo pode ser muito corrosivo para a imagem do governo, pois os fantasmas do mensalão e do escândalo da Petrobras — ou seja, da Operação Lava-Jato — rondam o Palácio do Planalto.

As falcatrias começaram antes do governo Lula, mas ganhou escala na gestão de Lupi: dos R\$ 6, 3 bilhões recebidos por 11 entidades citadas pela PF até agora, R\$ 1,64 bilhão foram descontados em 2023; R\$ 3,39 bilhões, em 2024 (alta de 106,1%); e R\$ 906,19 milhões apenas no primeiro trimestre deste ano, quando a casa caiu.

## Decisão política

Responsável pela indicação de Alessandro Stefanutto, que foi afastado e demitido da presidência do INSS, na semana passada, após a operação da PF em conjunto com a CGU, Lupi tomou conhecimento dos descontos na reunião do CNPS de 12 de junho de 2023. Stefanutto estava à frente do INSS desde julho de 2023. A conselheira Tonia Galletti fez constar em ata que havia solicitado a inclusão da discussão sobre os acordos de cooperação técnica (ACTs) das entidades que têm desconto de mensalidade junto ao INSS na reunião.

Se atendida, o escândalo teria vindo à luz, porque a conselheira solicitou que fossem apresentadas a quantidade de entidades que possuem ACTs com o INSS, a curva de crescimento dos associados nos últimos 12 meses e uma proposta de regulamentação que trouxesse maior segurança aos trabalhadores, ao INSS e aos órgãos de controle.

A primeira medida concreta do INSS para tentar frear os golpes só ocorreu depois que a CGU e o Tribunal de Contas da União (TCU) registraram não conformidades na liberação dos descontos. Em março de 2024, o órgão publicou novas regras para que as associações fizessem os descontos nas aposentadorias. Uma auditoria do próprio INSS verificou que 98,3% dos mais de 35 mil descontos autorizados de uma só vez não tinham a anuência do aposentado.

Num único ato, o INSS desblocou descontos não autorizados nas folhas de pagamento de quase 34,5 mil aposentados. O desbloqueio “em lote” — feito em favor da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), em outubro de 2023 — obviamente foi uma decisão política. A entidade fez várias solicitações anteriores ao instituto para desbloquear o “lote” de descontos e reclamou da demora no atendimento. Porém, apenas 213 aposentados desse lote tinham, de fato, assinado requerimentos autorizando a operação.

A Contag nasceu em 1954, como União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) para lutar pela reforma agrária e pelos direitos trabalhistas dos boias-frias. Sob a liderança de Lindolfo Silva, seu fundador, em 1963 passou a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Após o golpe militar de 1964, o líder sindical teve os direitos políticos cassados e foi para o exílio. Voltou ao Brasil após a anistia de 1979. Deve estar se revirando no túmulo.

## SEGURANÇA PÚBLICA

# Mendonça relata PEC e convida ministro

» WAL LIMA

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Mendonça quer escutar todos os interessados para elaborar relatório

O deputado Mendonça Filho (União-PE) é o relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) 18/2025, que trata da Segurança Pública, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da CCJ, deputado Paulo Azi (União-BA). Como primeiro ato para a construção do relatório, Mendonça anunciou que convidará o ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Ricardo Lewandowski para participar dos debates.

Mendonça ainda afirmou que, junto ao presidente da CCJ, definiu a realização de uma série de audiências públicas para debater o texto com diferentes setores da sociedade. Depois de Lewandowski (que chegou a antecipar uma minuta da proposta para líderes partidários do Congresso) e será responsável por apresentar as propostas da PEC de autoria do governo federal, o parlamentar afirma que será aberta uma série de audiências públicas para ouvir os governadores de Estado e outros agentes envolvidos.

“Com isso, no âmbito da CCJ a discussão com o ponto de vista de admissibilidade e a constitucionalidade da PEC, onde minha responsabilidade será fazer o relatório tendo em vista esses parâmetros, Constitucionalidade e admissibilidade

de acordo com o regimento da casa”, frisou Mendonça.

Considerada uma das prioridades do Congresso, a proposta foi enviada pelo governo em 24 de abril e tramita em regime de urgência na CCJ. O principal objetivo da proposta é fortalecer a integração entre União, unidades da Federação e municípios na formulação e execução das políticas de segurança pública em todo o país. Propõe a constitucionalização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), criado em 2018 pela Lei 13.675, cujo objetivo é reforçar a atuação federal na segurança,

ampliando o papel do governo federal na formulação de políticas nacionais e no combate ao crime organizado.

Paulo Azi afirmou que Mendonça foi escolhido por ele ser conhecido como um “conciliador nato e pela sua experiência na relatoria de projetos”, requisitos fundamentais para lidar com as possíveis polêmicas envolvendo a matéria. “O momento exige habilidade política para conduzir o debate e buscar consenso em torno de um tema tão sensível. A segurança pública é uma preocupação de toda a sociedade e precisamos de um relator

que tenha equilíbrio, capacidade de diálogo e sensibilidade para ouvir todos os setores envolvidos”, afirmou Azi.

Um dos pontos centrais da PEC é sobre a definição da competência da União para coordenar o SUSP e o sistema penitenciário, assegurando a cooperação entre os órgãos de segurança. A proposta à Constituição ainda amplia as atribuições da Polícia Rodoviária Federal (PRF), permitindo sua atuação na proteção de bens federais e em apoio às forças estaduais em situações emergenciais, mas sem assumir funções de polícia judiciária.



**O momento exige habilidade política para conduzir o debate e buscar consenso em torno de um tema tão sensível. A segurança pública é uma preocupação de toda a sociedade e precisamos de um relator que tenha equilíbrio”**

Paulo Azi, presidente da CCJ